

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.687 - RJ (2019/0340673-0)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE MAGÉ**
ADVOGADO : **PAULO VINICIUS MOTTA DE GOMES TOSTES - RJ138382**
RECORRIDO : **SILAS RAMOS DE OLIVEIRA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Município de Magé**, com base no art. 105, III, *a*, da CF em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 34):

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. MUNICÍPIO DE MAGÉ. IPTU. EXERCÍCIO DE 2005 A 2008. AÇÃO DISTRIBUÍDA EM 14/12/2009. EXECUÇÃO FISCAL POSTERIOR À LC Nº 118/2005. HIPÓTESE DE PRESCRIÇÃO ORIGINÁRIA. IRRESIGNAÇÃO DO ENTE MUNICIPAL. SÚMULA Nº 106 DO E. STJ AFASTADA. OBRIGAÇÃO DE PROATIVIDADE DAS PARTES. LUSTRO PRESCRICIONAL SUPERADO. PRECEDENTES DESTE E. TJERJ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta ofensa aos arts. 9º e 10º do CPC/2015. Sustenta, em síntese, que: (I) "*O Município ajuizou execução fiscal em desfavor do executado, cobrando os débitos de IPTU referente ao ano 2005 a 2008 dentro do prazo prescricional em 2009, [...]. Contudo, foi somente em 09/2013 que o cartório procedeu com o devido movimento processual, certificando que foi despachado pelo magistrado o "Cite-se" e procedendo com os trâmites para expedição do respectivo mandado de citação, extraído em 01/2013. Nesse interregno esteve, por culpa exclusiva do juízo, parado o processo, necessitando tão somente da confecção do mandado de citação para prosseguimento. Apesar disso, a sentença de primeira instância julgou extinto o processo ao reconhecer a prescrição intercorrente, transferindo a culpa pela morosidade do judiciário ao próprio exequente.*" (fls. 51/52); e que (II) "*A sentença que reconheceu a prescrição, [...], deixou de respeitar os artigos 9º e 10º do NOVO CPC, que determina que não se proferirá decisão contra umas das*

Superior Tribunal de Justiça

partes sem que ela seja previamente ouvida, sendo assim, não poderia o Juízo a quo, com base em fundamento a respeito do qual não tenha dado às partes a oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício, sentenciar como o fez." (fl. 52).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não merece prosperar.

No que se refere à alegação do ora recorrente de que fora prejudicado, em razão do reconhecimento da prescrição, por inércia processual à qual não deu causa, cumpre observar que a parte recorrente não amparou o inconformismo na violação de qualquer lei federal. Destarte, a ausência de indicação do dispositivo legal tido por violado implica deficiência de fundamentação do recurso especial, atraindo a incidência da Súmula 284/STF (*"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*). Nesse diapasão: **AgRg no AREsp 157.696/SC**, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 22/11/2012; **AgRg nos EDcl no Ag 1.289.685/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 6/8/2010.

Além disso, consignou o Tribunal de origem à fl. 36:

Relativamente ao argumento de incidência da Súmula nº 106 do STJ, não assiste razão ao apelante, visto que cabe ao Exequente acompanhar o andamento processual, bem como requerer o que entende de direito na defesa de seus interesses.

Os arts. 25 da Lei das Execuções Fiscais e 2º do CPC não podem ser interpretados de forma absoluta, de modo a permitir o que ocorreu nestes autos, isto é, que o Exequente, ora Recorrente, permaneça indefinida e passivamente no aguardo da movimentação do feito.

Assim, ao optar pelo não acompanhamento da ação em curso, deve o Exequente, ora Apelante, arcar com as conseqüências do seu não agir, sobretudo porque a hipótese presente versa sobre prescrição, nos termos do art. 219, § 5º, do CPC antigo.

Nesse contexto, alterar as conclusões adotadas pela Corte de origem, tal

Superior Tribunal de Justiça

como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Ainda, quanto à apontada violação aos arts. 9º e 10º do CPC/2015, consignou o Tribunal de origem à fl. 86:

Outrossim, não se configurou violação aos arts. 9º e 10, do CPC, diante da prévia oitiva da Fazenda Pública antes da prolação da sentença (fls. 14/15).

Nesse contexto, alterar as conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator